

**Uma análise institucionalista de três intérpretes brasileiros
sobre a influência portuguesa na formação do Brasil**

*An institutionalist analysis of three Brazilian interpreters
on the Portuguese influence in the formation of Brazil*

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.808>

Denilson Alencastro¹
Tales Rabelo Freitas²

Resumo: Neste estudo tem-se o intuito de analisar a influência portuguesa na formação do Brasil a partir da lente da teoria institucionalista *vebleniana*, mais especificamente, através da contribuição teórica desenvolvida pela tese de Freitas (2019). A partir dessa perspectiva teórica, se analisa os trabalhos de três intérpretes brasileiros, buscando elementos que corroboram para a ideia de que a experiência colonial gerou influências importantes para a afloração de motivações (instintos) predatórias, influenciando, por sua vez, a formação institucional do país e sua trajetória de desenvolvimento econômico, pautada na desigualdade e atraso tecnológico. A essência de cada intérprete deixa claro a sensação de que, no Brasil, as motivações econômicas da sociedade vão no sentido de privilegiar hábitos de predação, como a acumulação de riqueza, a restrição de oportunidades às classes subordinadas, o uso do aparato Estatal para privilégio da elite latifundiária e o uso ilimitado da propriedade como instrumento de poder.

Palavras-chave: Colonização. Patrimonialismo. Estado estamental. Institucionalismo. Instintos.

Abstract: In this study the aim is to analyze the Portuguese influence in the formation of Brazil from the lens of the institutionalist *veblenian* theory, more specifically, through the theoretical contribution developed by the thesis of Freitas (2019). From this theoretical perspective, the works of three Brazilian interpreters are analyzed, looking for elements that corroborate the idea that the colonial experience generated important influences for the outbreak of predatory motivations (instincts), influencing, in turn, the institutional formation of the country and its trajectory of economic development, based on inequality and technological backwardness. The essence of each interpreter makes clear the feeling that, in Brazil, the economic motivations of society go in the direction of privileging habits of predation, such as the accumulation of wealth, the restriction of opportunities to subordinate classes, the use of the State apparatus for privilege of the landowning elite and the unlimited use of property as an instrument of power.

Keywords: Colonization. Patrimonialism. State. Institutionalism. Instincts.

Artigo recebido em 11/4/2021. Aceito em 1º/7/2021.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
E-mail: denilsonalencastro@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1226-907X>

² Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFRGS.
E-mail: tales.rabelo@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7450-424X>

Introdução

A partir da leitura de alguns dos principais intérpretes do Brasil, é possível compreender melhor em que cada um contribuiu para o entendimento de como o país foi formado a partir da origem lusitana e como os aspectos da nossa formação estão presentes na economia, na sociedade e na política.

É importante analisar como cada autoria focou em aspectos diferentes da trajetória de formação e desenvolvimento da economia brasileira. A influência portuguesa na formação do Brasil pode ser observada de diversas maneiras. Os autores escolhidos neste artigo buscaram explicar a formação do país pelos prismas da economia, psicologia, geografia, história social, dentre outros aspectos.

Desse modo, utilizando-se das principais obras dessas autorias, buscar-se-á discutir algumas de suas ideias, mostrando as convergências, as complementaridades e as divergências entre eles. Este artigo propõe, portanto, debater a influência da origem portuguesa na formação do Brasil a partir da análise dos principais intérpretes do país.

Esse debate será realizado à luz do referencial teórico de Veblen, o qual argumenta-se neste trabalho como adequado, pois apresenta elementos convergentes com todos os três intérpretes que serão evocados: Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. No referencial teórico *vebleniano*, os elementos de destaque são as inclinações instintivas e as instituições, que, juntas, funcionam no sentido de restringir e retroalimentar o sentido de desenvolvimento e das desigualdades socioeconômicas, conforme trabalhado em Freitas (2019).

Para a realização desta análise, após esta introdução, é apresentada uma seção sobre a teoria institucionalista que servirá de base para o trabalho. Em seguida, na seção dois, são apresentadas as ideias de Caio Prado Júnior, enfatizando a lógica econômica da origem brasileira. Na seção três, apresenta-se as interpretações de Sérgio Buarque de Holanda, que menciona a influência do patriarcado rural. Na seção quatro, são postas as menções de Raymundo Faoro, explicando como os donos do poder dominavam o país desde o início da sua formação. Na seção cinco discutem-se as ideias dos autores citados à luz da abordagem *vebleniana* desenvolvida pela tese de Freitas (2019). Por fim, constam as considerações finais.

1 A teoria institucionalista de Veblen

Conforme o trabalho de Freitas (2019), o institucionalismo *vebleniano* entende que o processo de desenvolvimento econômico se desdobra a partir da dicotomia entre motivações pecuniárias (derivadas do instinto predatório) e comunitárias (associadas ao instinto para o trabalho eficaz). Além disso, o autor argumenta em sua tese que a dominância da motivação pecuniária, em detrimento do instinto para o trabalho eficaz, prejudica o desenvolvimento da sociedade e a eficiência produtiva.

Conforme Veblen (1898), a motivação pecuniária foi praticamente inexistente nos primórdios da civilização, pois a escassez material gerava experiências que afloram na mente humana o instinto para o trabalho eficaz, de modo que comportamentos predatórios eram vistos com repulsa pela comunidade. Com isso, as formas de emulação com base na inclinação para o trabalho eficaz induziram a um sistema produtivo mais comunitário, em que a identificação juntamente com a compulsão derivada das dificuldades iniciais de subsistência se estabeleciam como motivações essenciais para a ação econômica.

Essa realidade só veio a mudar a partir do momento em que emergiu, ao longo de vários séculos, um novo contexto econômico. Esse contexto se revelou a partir do surgimento de excedentes produtivos, derivados das inovações tecnológicas que, conseqüentemente, foram responsáveis pela reconfiguração das motivações dominantes e, por sua vez, do contexto institucional. A relação circular entre instituições e instintos³ (motivação econômica) vai se retroalimentando, dando novas formas à interação social e, com isso, reforçando o padrão econômico predatório.

O objetivo dessa leitura é mostrar que há fatores que vão além dos simples mecanismos de mercado para a explicação da ação econômica e das trajetórias de desenvolvimento. Isso fica claro na análise dos intérpretes que aqui serão apresentados. Tanto Prado Jr., Buarque de Holanda e Faoro utilizam de fatores externos às categorias econômicas para explicar a dinâmica capitalista que emerge no Brasil.

Como assegura Freitas (2019), o padrão de desenvolvimento econômico é determinado por fatores sociais e políticos que definem os objetivos a serem perseguidos pelos agentes na atividade econômica. Estes fatores são as formas sociais de emulação e as fontes de poder que, juntas, atuam determinando a configuração institucional que, por sua vez, irá refletir no conjunto de restrições e incentivos para ditar o comportamento de toda a sociedade.

³ Para um apanhado geral sobre a teoria dos instintos de Veblen, ver Freitas (2020).

Estes fatores não podem ser analisados como simples derivação dos imperativos dos negócios, mas sim por fatores atrelados à vida cotidiana de cada povo, como a cultura, os valores morais e os hábitos. O que se quer dizer é que as instituições resultam não apenas das necessidades de resolução de conflitos e interligam os indivíduos atomizados, como estabelecem as correntes teóricas da Nova Economia Institucional⁴, mas também, e principalmente, das experiências de vida de cada grupo e das motivações (inclinações instintivas) que dali emergem.

Diante dessa discussão, o trabalho de Freitas (2019) desenvolveu duas tipologias acerca de certas configurações institucionais que, por seu turno, direcionam as trajetórias de desenvolvimento das sociedades. O sentido dessas trajetórias é determinado pelo tipo de instinto dominante aflorado pelo contexto material e institucional que, por sua vez, condicionam a mudança institucional e sua retroalimentação. Tais instintos, que definem a motivação econômica, são definidos pelos padrões de emulação social e pelos modos de envolvimento dos indivíduos com as organizações e a economia.

Neste sentido, Freitas (2000) apresenta dois tipos de esquema que sistematizam os parâmetros das ações e motivações dominantes, de modo que, assim, se possa compreender e explicar o sentido da trajetória de desenvolvimento em cada sociedade e período do tempo.

O primeiro esquema é representado por uma sociedade em que a propriedade é o principal instrumento de poder. Esta é apoiada pelas instituições da propriedade absenteísta e pelo ócio e consumo conspícuos, cuja base é o instinto predatório. Como resultado, tem-se um sistema de motivação que incentiva o trabalho e a associação às organizações a partir do ganho pecuniário e/ou pela motivação da compulsão. Neste caso, as formas de emulação social são direcionadas pelos imperativos do capital, de modo que a cultura e demais instituições são dominadas pelos objetivos e mecanismos do sistema de mercado.

Já o segundo esquema é exposto como fruto da dominância do instinto para o artesanato. Aqui, o poder é realizado pelo instrumento da personalidade e da organização, e os indivíduos são persuadidos pela motivação da identificação. Os hábitos de emulação social são configurados para perseguirem a capacidade técnica e ações imbuídas de propósito de serventia. No nível macro, ocorre de as instituições de propósito comunitário dominarem os rumos da atividade econômica.

Como será evidenciado nas próximas seções pela citação das obras dos intérpretes do Brasil, e discutido no final deste trabalho, o tipo de trajetória de desenvolvimento que predominou nacionalmente foi do tipo orientado pelas motivações predatórias, com resultados institucionais perversos para o avanço socioeconômico.

⁴ A Nova Economia Institucional (NEI), liderada por Douglass North (1990) e Oliver Williamson (2000), defendem a ideia da existência de instituições “ótimas” que levariam os países emergentes em direção ao desenvolvimento. Estas instituições são conhecidas como regras do jogo, e, ao contrário da perspectiva de Veblen, são desconexas das motivações presentes na mente dos agentes.

2 Caio Prado Júnior

O primeiro autor destacado para a análise das influências da colonização portuguesa para a formação do Brasil é Caio Prado Júnior (doravante Prado Jr.). Este intérprete, que tem como referencial os escritos de Marx e Hegel, coloca como ponto de partida da colonização do Brasil a expansão marítima dos países da Europa após o século XV. O argumento para o início das navegações é baseado na motivação advinda do crescimento das empresas comerciais.

Na obra *História Econômica do Brasil*, Prado Jr. (2004) explica que os portugueses estavam melhor situados geograficamente em relação aos holandeses, ingleses, franceses e outros. Ademais, os portugueses estavam lutando contra a invasão árabe e buscavam novos mercados, ou seja, não havia qualquer intenção inicial de povoar um novo lugar. Até porque Portugal não tinha excedente populacional para tal e a ausência de metais preciosos, ao menos inicialmente, também contribuía para esse desinteresse.

O autor, dessa forma, resume o início do processo de colonização dizendo que os “descobrimientos” são um capítulo da história do comércio europeu. Ou seja, refere-se à expansão da empresa comercial e não um interesse em povoar novas terras.

No livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, no capítulo intitulado “Sentido da Colonização”, Prado Jr. (1999, p. 18) menciona que a formação do país foi explicada tanto por elementos sociais quanto econômicos. Tal “sentido”, segundo o intérprete, seria percebido “não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo”. Assim, para ele, a colonização portuguesa na América:

(...) não é um fato isolado, a aventura sem precedente e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora; ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela a outras semelhantes, mas independente delas. É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo. Incompleto que se disfarça muitas vezes sob noções que damos como claras e que dispensam explicações; mas que não resultam na verdade senão de hábitos viciados de pensamento (PRADO JR., 1999, p. 20).

Dessa maneira, Prado Jr. (1999) argumenta que a colonização brasileira foi reflexo de um contexto que se refere à evolução capitalista europeia, a partir do desenvolvimento do comércio internacional. Isso se desdobra na interpretação de que, na essência da nossa formação, nos constituímos para fornecer *commodities*. Isso significa afirmar que a economia brasileira se forma voltada para o exterior, dependente de um processo maior, que é a expansão capitalista na Europa.

Nessa mesma linha de raciocínio, o autor contrapôs os críticos que afirmavam que o Brasil não se constituiu como uma nação capitalista, pois nunca passou por um período de feudalismo, cuja superação era necessária para o desenvolvimento do capitalismo. Prado Jr. (1999) não concordava com essa perspectiva, uma vez que afirmava que o Brasil foi capitalista desde sua origem, mesmo sem ter feudalismo no país. Ou seja, o intérprete menciona que o Brasil para se caracterizar como uma economia capitalista não precisava passar pela etapa feudal.

Isso porque a formação brasileira na égide capitalista se baseava no fato de que a sua formação era uma extensão da empreitada comercial portuguesa. Para Prado Jr. (1999), o Brasil, na verdade, se constituiu apenas como uma área geográfica voltada para realizar comércio com o exterior. É, portanto, com tal objetivo, voltado para fora e não para dentro, que o país se desenvolveu e tomou forma ao longo do período colonial, cujas influências perduram até os dias atuais.

Ainda no sentido da colonização, Prado Jr. (1999) explica que a produção de mercadorias na agricultura se dava na grande propriedade monocultora, trabalhada por escravos (*plantation*). Tal tipo de organização agrária correspondia à exploração em larga escala, contrariamente à pequena do tipo povoamento, que era o modelo prevalecente pela colonização inglesa nos Estados Unidos. Desse modo, Prado Jr. (1999) afirma que a colonização portuguesa foi realizada por circunstâncias criadas pelo conjunto de condições internas e externas da organização econômica da colônia.

Prado Jr. (1999) menciona ainda que a exploração agrária (o engenho/a fazenda) é consequência natural do conjunto de condições que se revelava à época. Resumidamente, o autor aponta três características que determinavam a estrutura agrária: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estas três características se combinavam e se complementavam, sendo também verificadas nas demais colônias concorrentes do Brasil. A partir da ótica da totalidade de Hegel, o autor interpreta que foram essas as características que se combinaram para formar a estrutura socioeconômica da sociedade brasileira:

a “grande exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social (PRADO JR., 1999, p. 103).

Nesse sentido, Prado Jr. (1999) afirma que a exploração se deve de maneira integral pela empresa rural em uma mesma unidade produtora de grande número de pessoas, contrariamente ao que se dava na Europa. Assim, a grande exploração da empresa agrícola seria, no mesmo sentido da colonização europeia, algo total.

Além do mais, cabe destacar na avaliação de Prado Júnior, e que também será importante na avaliação dos outros autores, que a origem portuguesa propiciou os latifúndios monocultores, gerando o patriarcal rural, com alto poder e concentrador de renda. Essa exploração de recursos naturais por uma grande empresa comercial, com uso de mão de obra escrava, gerava a produção de bens agrícolas de alto valor no comércio do velho mundo. Como resultado, temos a origem de uma economia pautada na desigualdade de renda, de condições desiguais de empreendimento e de oportunidades, ou seja, uma sociedade dominada por poucos.

É com base nesse retrospecto que o autor teve como uma de suas principais bandeiras políticas a reforma agrária como meio principal de melhorar as condições de vida no Brasil. A reforma agrária que, além de quebrar o monopólio da classe latifundiária, permitiria gerar oportunidades para outros segmentos da população.

Em síntese, Prado Jr. menciona que haviam duas características fundamentais na economia colonial brasileira. De um lado, a organização, cujo modo de produção e exploração do trabalho resultaram em uma estrutura de alta concentração de riqueza e renda. De outro, a sua orientação, que era ser voltada para o exterior e fornecedora simples de *commodities* para o comércio internacional.

3 Sérgio Buarque de Holanda

O segundo intérprete trazido à baila neste trabalho é Sérgio Buarque de Holanda. No livro *Raízes do Brasil* (2004), o autor avalia o processo histórico brasileiro a partir da herança portuguesa. A análise do autor está mais focada nos aspectos políticos e sociais do que econômicos, ao contrário do que foi apresentado por Caio Prado Jr.

Buarque de Holanda tem como referencial teórico Max Weber, utilizando a metodologia dos tipos ideais e a dialética de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Desse modo, o autor, para explicar a origem do país, ou nas palavras dele, as raízes do Brasil, valeu-se da explicação da colonização portuguesa no país, do patriarcado rural, do patrimonialismo, do homem “cordial”, entre outras ideias.

De acordo com o autor, a colonização não foi pensada e planejada, pois foi realizada por “aventureiros” e não “trabalhadores”. Os “aventureiros” têm a característica de preferirem acomodarem-se no provisório e realizar descobertas do que se estabelecer e consolidar uma estrutura mais planejada. Já os “trabalhadores” são marcados pelo trabalho/esforço produtivo e pela busca de segurança. A colonização se deu pelo primeiro tipo. Embora o tipo aventureiro seja tratado de maneira pejorativa pelo autor, Buarque de Holanda menciona que esse tipo de colonizador mostrou uma adaptabilidade excepcional, mesmo funcionando com desleixo e sob certo abandono.

Quanto ao patriarcado rural, Buarque de Holanda observou a ideia de rural e urbano, criticando o poder. A hegemonia do patriarcado rural teria prejudicado o desenvolvimento da burguesia urbana, dado que se pode atribuir a isso a forma das instituições no Brasil, em que poucos têm privilégio social em detrimento dos demais. Assim, ele diz:

no Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que resulta do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje (HOLANDA, 2004, p. 145).

Em relação ao patrimonialismo, Buarque de Holanda (2004) coloca a dificuldade dos líderes políticos de distinguirem o público do privado. Sobre esse problema, dos detentores das posições públicas de responsabilidades não separarem o público do privado, o autor diz:

assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão pública política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (HOLANDA, 2004, p. 146).

Já a ideia de patriarcado rural, em razão do sistema abrangente de poder, e do patrimonialismo, é colocado a partir do conceito do “homem cordial”. Esta mentalidade que, segundo Buarque de Holanda (2004, p. 146), foi muito presente no modo de fazer política da elite brasileira, é definida pelo intérprete da seguinte forma:

(...) a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões do convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.

Ainda sobre o “homem cordial”, tem-se que o autor não buscou destacar nem a inocência, nem a generosidade. Segundo Buarque de Holanda (2004), o “homem cordial” corresponde ao mesmo tempo a um tipo ideal sociopsicológico e a um padrão de sociabilidade. Assim, o intérprete contrapõe o conceito normal de “cordialidade”, que seria, no dicionário formal, a qualidade de ser cordial, ou seja, de expressar afeto e amizade. Indo mais além na análise, ele interpreta que a “cordialidade”

seria, na verdade, uma tentativa constante de personalizar todas as interações interpessoais. Assim, não seria necessário seguir leis ou argumentações universais. As relações, então, seriam a base do que conhecemos hoje de “jeitinho brasileiro”, o que traz incerteza jurídica. Nessa mesma linha de raciocínio, Buarque de Holanda (2004, p. 146) diz:

no Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal.

O intérprete menciona que as vontades particulares estão enraizadas na nossa nação e que isso é muito característico, podendo ser visto até os dias atuais no Brasil. Dessa forma, Buarque de Holanda (2004, p. 146) coloca que:

o desconhecimento de qualquer forma de convívio que não ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade. E é tão característica, entre nós, essa maneira de ser, que não desaparece sequer nos tipos de atividade que devem alimentar-se normalmente da concorrência. Um negociante de Filadélfia manifestou certa vez a André Siegfried seu espanto ao verificar que, no Brasil, como na Argentina, para conquistar um freguês tinha necessidade de fazer dele um amigo.

Em síntese, Sérgio Buarque de Holanda mostra que, a partir da análise de uma estrutura social, rural e patriarcal e de uma cultura ibérica, se pode interpretar o Brasil com base nas formas que se seguiram ao colonialismo português. Esse conjunto de características do colonizador aventureiro, e das estruturas sociais que deram forma ao “homem cordial”, empregaram dificuldades para o país ao longo do tempo, cujas marcas principais, na visão do autor, é a dominância da emoção, em detrimento da racionalidade e do patrimonialismo no que tange à burocracia. Tudo isso permitiu a dominância e estabilidade de grupos privilegiados, com consequências deletérias na distribuição da renda, da riqueza e das oportunidades para o povo brasileiro.

4 Raymundo Faoro

O terceiro intérprete a ser analisado neste trabalho, cujo objetivo é o de explicar a origem e a formação do Brasil a partir do passado lusitano, é Raymundo Faoro. Sua principal obra é *Os Donos do Poder* (2001), na qual interpreta o Brasil analisando suas origens, focando, sobretudo, na evolução do Estado brasileiro.

Assim como Prado Jr., autor marxista, Faoro percebe que a colonização brasileira foi uma parte de um todo, que abrange a empreitada mercantil do capitalismo português. Entretanto, Faoro diverge de Prado Jr. no que diz respeito ao modo como foi a formação do Brasil a partir da colonização portuguesa.

Enquanto Prado Jr. entende a colonização pela formação do capitalismo como um sistema global de produção de mercadorias, Faoro interpreta o mesmo com base no chamado “capitalismo político” ou “capitalismo politicamente orientado”. Faoro via a ideia de que a estrutura social e a política brasileira evoluíram a partir de um padrão de domínio que foi viabilizado pela articulação entre o estamento patrimonial burocrático e a estrutura de classes.

Desse modo, Faoro também difere de Buarque de Holanda ao afirmar sobre a existência de uma estrutura de poder na forma de um estamento burocrático relacionado com o patrimonialismo que, por formar um grupo dominante regido por interesses próprios, busca se perpetuar no poder. Para isso, esse grupo faz uso de regras bem estabelecidas, utilizando aparato burocrático do Estado estamental. Uma classe, um grupo que ainda está acima dos outros, vem comandando a nação brasileira há bastante tempo. Para Buarque de Holanda, a política é tratada mais de modo pessoal, sem formalismo, calcada na construção social, com base na família como instituição.

Então, o chamado estamento relatado por Faoro, ou estrutura de poder, relacionado com o patrimonialismo, entendido como forma de exercício de dominação por uma pessoa ou grupo, explica o capitalismo político que vem a se formar no Brasil, cuja origem vem de influências das instituições portuguesas.

O resultado geral da incursão portuguesa nessa região foi o Estado patrimonialista, cuja marca é a condução da política a partir dos interesses próprios, particulares, em detrimento do interesse público. É o uso do Estado para a perpetuação do poder de um grupo privado, voltado para atender suas necessidades e interesses, enquanto mantém a coletividade em situação de subordinação.

É nesse cenário político, com uma estrutura de poder vigente, que o capitalismo brasileiro veio a se adaptar e se desenvolver. Isto é, as práticas sociais, comerciais, industriais e financeiras, que explicam a racionalidade do sistema, acaba por se moldar ao Estado brasileiro, baseado no patrimonialismo, dentro do estamento burocrático. Esse capitalismo brasileiro que vem a se formar numa estrutura política patrimonialista é explicada por Faoro (2001, p. 879-880) na seguinte passagem:

a dinâmica do mercado aberto, congenial ao liberalismo, se altera em direção ao mercado administrativo, com demandas políticas seletivas, de caráter militar e político. A emergência de tais ritmos ou veleidades tecnocráticas opera, no campo internacional, para enfraquecer a força de atração do ímã do capitalismo liberal, acelerando a convicção dos caminhos próprios de desenvolvimento, excêntricos ao modelo clássico, que reduz os tipos universais divergentes a estágios de um padrão único. O estamento burocrático desenvolve padrões típicos de conduta ante a mudança interna e no ajustamento à ordem internacional. Gravitando em órbita própria não atrai, para fundir-se, o elemento de baixo, vindo de todas as classes. Em lugar de integrar, comanda; não conduz, mas governa. Incorpora as gerações necessárias ao seu serviço, valorizando pedagógica e autoritariamente as reservas para seus quadros, cooptando-os, com a marca de seu cunho tradicional.

Dessa forma, diferentemente de outras nações, onde ocorre a transição do capitalismo político para o industrial, em que o indivíduo passa de súdito a cidadão, e o Estado de senhor para servidor, cujo objetivo é a guarda da autonomia do homem livre, no Brasil os acontecimentos vão em outro sentido. Isso em razão de que a população serve o Estado estamental patrimonial, e não o contrário. Para Faoro (2001, p. 878), “a elite política do patrimonialismo é o estamento, estrato social com efetivo comando político, numa ordem de conteúdo aristocrático”.

Por outro lado, Faoro vai ao encontro de Buarque de Holanda quando analisa a forma de fazer política da elite brasileira. Aqui podemos entender que os conceitos de Estado patrimonialista e “homem cordial” são mais convergentes do que divergentes. Ambos dão a entender a existência de um aparato institucional construído para manter no poder os grupos dominantes. A diferença é que Faoro dá maior relevância ao fator burocrático, cujo qual é construído para estabelecer regras favoráveis aos atores dominantes, enquanto que Buarque de Holanda negligencia as instituições formais e privilegia as informais, como os conchavos políticos que visam o fortalecimento das classes já poderosas.

5 Discussão: as motivações predatórias do desenvolvimento brasileiro

Como visto via os intérpretes citados, a influência portuguesa na formação do Brasil e seus consequentes desdobramentos nos apresentam argumentos para destacar que a motivação predatória foi dominante no período colonial, o que orientou os desenvolvimentos institucionais subsequentes, no período da independência política no século XIX e do desenvolvimento industrial no século XX.

Em termos *veblenianos*, a propriedade absenteísta se institui como principal forma de organização da vida social e econômica da colônia. Como já discutido, esta instituição tem como base a afloração do instinto predatório e estabelece o hábito de possuir bens e fatores de produção que não são diretamente trabalhados pelos proprietários, cuja finalidade é puramente o ganho pecuniário

(CAVALIERI, 2009). A propriedade absenteísta, como instituição orientadora da vida na colônia portuguesa na América do Sul, tem dois determinantes principais: i) a alta concentração da propriedade; ii) a falta de identificação com o novo território como motivação para a empreitada que se viera a se realizar.

A elevada concentração da propriedade se deve pelo sistema administrativo adotado pela Coroa portuguesa na tarefa de colonização. O sistema foi o das capitanias hereditárias, no qual a Coroa delegava a tarefa de colonização e exploração de vastas áreas a particulares a partir da doação de lotes de terra com posse hereditária. Assim, a metrópole dividiu o Brasil em catorze capitanias. Como se desconhecia o interior do território, a saída foi estabelecer faixas litorâneas paralelas desde a costa e seguindo região a dentro. Todos os beneficiados faziam parte da pequena nobreza lusitana, sendo sete deles membros destacados nas campanhas na África e na Índia e quatro altos funcionários da corte. O sistema previa ainda que o donatário tivesse o poder supremo e de jurisdição sobre sua capitania, tendo o direito de desenvolver a terra e escravizar indígenas de acordo com sua própria vontade (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Já a falta de predisposição inicial daqueles que viessem a explorar o Novo Mundo implicou em uma empreitada que apenas poderia ser posta em prática pelas vias da motivação pecuniária, estando praticamente inexistente a identificação. De fato, a grande diferença entre as condições naturais verificadas na área tropical da América e na Europa em geral repelem aqueles que poderiam atuar como potenciais povoadores. Desta forma, a colonização somente se faria desejável no caso de haver a possibilidade de um retorno lucrativo para os empreendimentos, remunerando os esforços odiosos de se estabelecer em uma região desconhecida e de ampla diversidade.

Outra evidência para a fragilidade da motivação para a identificação no processo de colonização é que aqueles que aceitaram a mudança para a região de modo espontâneo somente o fizeram com a pré-condição de que pudessem atuar como dirigentes, havendo, neste caso, outros para trabalharem para eles. Assim, a mão de obra base foi a escravidão, a qual é chamada para atuar pela motivação da compulsão. É certo que a escassez de mão de obra em Portugal e Espanha não permitiram maior uso de trabalhadores brancos nas colônias. Entretanto, em condições distintas, como as colonizações lideradas pela Inglaterra, a qual, por sua vez, se verificava abundância no número de mão de obra disponível, houve forte presença de escravos nas regiões fora das zonas temperadas. Assim como nas colônias da América do Sul, estas tiveram a forte presença da instituição da propriedade absenteísta e do uso da compulsão como motivação para o trabalho.

Ambos os fatores determinantes da instituição da propriedade absenteísta⁵, ou seja, a elevada concentração de propriedade e a fragilidade da motivação pela identificação, são concebidos como causa da mentalidade predatória portuguesa no trato com a nova região. Também são condicionadores dos hábitos de vida constituídos pelas experiências enfrentadas por aqueles que vieram para a colônia.

Em outras palavras, a inclinação predatória que dominou a mente dos agentes pioneiros no processo de formação do Brasil foi determinante para a configuração inicial das instituições que viriam regular a atividade econômica e os demais níveis da vida social. Por sua vez, estas instituições atuavam reforçando as propensões instintivas que lhes deram sentido, orientando os hábitos de emulação social e o sistema de motivação para atuarem em linha com os imperativos da inclinação predatória. Este processo gerou a perpetuação de hábitos e instintos que condicionaram as ações e pensamentos das gerações seguintes.

Inclusive, tem-se que as colônias tropicais conservarão o seu caráter mercantil nos anos que se sucederão a sua independência. Para Prado Jr (1999, p. 12) “não sofremos nenhuma descontinuidade no decorrer da história da colônia”, e que o período pós independência “não é senão um elo da mesma cadeia que nos traz desde o nosso mais remoto passado”. A presença da instituição da propriedade absenteísta, como norteadora do processo de formação da nação, fez com que tudo se dispusesse para atender aos objetivos comerciais da colonização. “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto” (PRADO Jr., p. 27).

Em suma, foi este caráter mercantil que definiu o sentido da evolução colonial brasileira e que, pelos mecanismos de transmissão hereditária de hábitos institucionalizados, presentes na dinâmica social, fez prevalecer ainda no século XX uma configuração institucional com base na inclinação predatória.

Passando para a análise das contribuições de Buarque de Holanda, pode-se afirmar que as condutas promovidas pelo instinto para o artesanato e predatório são diretamente correspondentes ao homem trabalhador e aventureiro na obra do intérprete brasileiro. Entretanto, deve-se atentar para algumas diferenças em sua aplicação para explicar as sociedades e suas trajetórias de desenvolvimento.

⁵ Em “*Absentee Ownership and the Business Enterprise in Recent Times*”, Veblen (1923) classifica a propriedade absenteísta como a prática de possuir bens e fatores de produção para fins puramente pecuniários, agindo, na maioria das vezes, em detrimento da razão produtiva. Aqui o autor associa a instituição da propriedade absenteísta como peça central da teia institucional dos Estados Unidos (CAVALIERI, 2009).

Buarque de Holanda associa o tipo humano dominante no Brasil como sendo aquele que apresenta um modo de comportamento mais emotivo, caracterizado como “homem cordial”, em detrimento do uso de uma maior carga de racionalidade nas tomadas de decisões e na composição dos órgãos administrativos. Para o autor, esta emotividade é um traço definido do caráter brasileiro e que advém dos padrões de convívio “informados no meio rural e patriarcal” (HOLANDA, 2004, p. 257). Com isto, tem-se como resultado a negação da impessoalidade em todas as esferas da interação social e econômica. Nas palavras do intérprete, “é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal” (*ibid.*). Por sua vez, a ausência do caráter da impessoalidade implica na escolha dos homens que irão atuar nas funções públicas, de modo que esta ocorrerá de acordo com a confiança pessoal dos detentores do poder e “muito menos de acordo com as capacidades próprias” (*ibid.*).

Diante disso, Buarque de Holanda assume a hipótese de que o Brasil é uma “sociedade pré-moderna e dominada pela emotividade e pessoalidade” (SOUZA, 2015, p. 32). A distinção em relação a Veblen é que a categoria dos instintos – que em Buarque de Holanda aparece como tipos (trabalhador e aventureiro) – carrega consigo conjuntos indefinidos de sentimentos, de modo que a racionalidade não é passível de atuar sem a “contaminação” das emoções, pois são estas que fornecem a finalidade para o que deve ser deliberado (VEBLEN, 1914). Em linha com a abordagem desta tese, não é razoável qualificar a cordialidade como responsável principal pela ineficiência e atraso da sociedade brasileira, pois é um hábito de conduta passível de compatibilidade tanto com os tipos humanos aventureiros quanto trabalhadores.

A cordialidade como forma de emulação social, cujo intuito é a conquista de estima pelo grupo, pode ter como base o instinto predatório quando associada a ações de ostentação de riqueza e poder. Em “*A Teoria da Classe Ociosa*”, no qual Veblen (1987 [1899]) analisa os hábitos sociais da elite norte-americana, são citadas situações em que um meio de provar proezas, além da ostentação de posses, é estender os hábitos de ócio para aqueles indivíduos que vivem próximos aos donos do poder. É o caso das esposas, filhos, alguns escravos e demais amigos da família. Já em “*The Instinct of Workmanship and the Irsomeness of Labor*” (1898), a cordialidade é mencionada como hábito associado ao instinto para o artesanato, pois é referente ao senso de solidariedade, serventia e coletivismo. Neste caso, a honorabilidade e demonstração de capacidade estão atrelados diretamente à eficiência, produtividade e utilidade.

Outro equívoco de Buarque de Holanda, à luz da abordagem *vebleniana*, é a sua análise reducionista das instituições brasileiras. Para o intérprete brasileiro, a cultura e instituições que tomam a sociedade dos trópicos são resultado direto da importação do meio de vida português e mal adaptado em um novo ambiente. De acordo com ele, esta transposição foi tão rígida que “nem o contato e a mistura de raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo”, afirmando ainda que “de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (HOLANDA, 2004, p. 47).

Esse processo de transposição institucional é estranho para a corrente institucionalista já que argumenta-se que as instituições são derivadas de um processo que envolve afloração de instintos, habituação e deliberação sobre seus resultados. Desta forma, mesmo diante da transferência direta de instituições e hábitos de Portugal para a colônia nas Américas, não se pode afirmar que estas permaneceram imutáveis e nem que atuaram perseguindo os mesmos objetivos. Além disso, o processo prevê o surgimento de novos hábitos e instituições, uma vez que as condições de interação são distintas do ambiente de origem.

As instituições sociais e econômicas que dirigiram a vida colonial brasileira, como a propriedade absenteísta e o clã patriarcal, não podem ser interpretadas como redutíveis às que predominaram na Metrópole. As instituições que aqui se desenvolveram, como o sistema de motivação pautado na compulsão do trabalho escravo e no desejo desenfreado de ganho pecuniário por parte dos colonos, são frutos das inclinações instintivas afloradas pelas experiências iniciais na região, cuja falta de identificação com as condições ambientais e com os nativos aqui pré-estabelecidos inibiam a formação de hábitos mentais com base no instinto para o trabalho eficaz.

Para Prado Jr. (1999, p. 387) o clã patriarcal da forma como é vista no Brasil “é algo de específico da nossa organização”. Mesmo que esta instituição tenha sido verificada na Metrópole, o que determinou o seu desenvolvimento na região, como também a sua abrangência na determinação da dinâmica social, foram o ambiente e o regime econômico instaurados desde os primeiros momentos do processo de colonização.

É inclusive neste ponto que Faoro avança ao mostrar como o estamento burocrático, ou seja, as instituições formais do Estado Brasileiro, surge a partir dos interesses predatórios da elite local e, conseqüentemente, atua reforçando os instrumentos de poder utilizados para restringir os anseios do restante da sociedade. Neste caso, o autor entendia que esse estamento burocrático surgiu no seio do padrão de domínio que se instaurou no período colonial, e não derivado apenas de uma transposição institucional da burocracia portuguesa.

Diante do exposto, pode-se confirmar que a tese desenvolvida por Freitas (2019) confirma a pertinência da linha de pesquisa do institucionalismo *vebleniano* para a compreensão da formação do Brasil e sua trajetória de desenvolvimento socioeconômico subsequente. Por fim, esse trabalho reforça a importância de considerar os fatores políticos e culturais no entendimento da dinâmica econômica brasileira que, pela inferência aqui realizada, e comparando com os últimos desdobramentos, ainda segue a orientação das motivações predatórias, com resultados perversos no que se refere à dinâmica econômica.

Considerações finais

Este trabalho teve o intuito de analisar a influência portuguesa na formação do Brasil a partir da lente da teoria institucionalista *vebleniana*, mais especificamente, através da contribuição teórica desenvolvida pela tese de Freitas (2019). A partir dessa perspectiva teórica, se analisou o trabalho de três intérpretes brasileiros, buscando elementos que corroboram para a ideia de que a experiência colonial gerou influências importantes para a afloração de motivações (instintos) predatórias, influenciando, por sua vez, a formação institucional do país e sua trajetória de desenvolvimento econômico, pautada na desigualdade e atraso tecnológico.

Embora possa haver algumas divergências entre os autores citados, a essência de cada intérprete deixa claro a sensação de que, no Brasil, as motivações econômicas da sociedade vão no sentido de privilegiar hábitos de predação, como a acumulação de riqueza, a restrição de oportunidades às classes subordinadas, o uso do aparato Estatal para privilégio da elite latifundiária e o uso ilimitado da propriedade como instrumento de poder.

Esses elementos ficam claros nos escritos de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. A começar pelo primeiro, temos que Prado Jr. enfatizou a lógica econômica da origem do Brasil. Assim, mostrou-se que havia um sentido econômico maior para que a colonização portuguesa ocorresse, que era a expansão do capitalismo europeu.

Já na seção sobre Buarque de Holanda vimos que suas interpretações mostraram as raízes do Brasil a partir da análise de uma estrutura social, rural e patriarcal e de uma cultura ibérica, geradas pelo colonialismo português. As dificuldades impostas por essa forma, segundo o autor, se referem à predominância da emoção, em detrimento da racionalidade, e do “patrimonialismo” sobre a “burocracia”. Tudo isso teve como resultado o surgimento de “grupos privilegiados”, que se perpetuaram no Brasil com base nesse contexto.

Por fim, se analisou as contribuições de Faoro. Este explicou como os donos do poder dominaram o país desde o início da sua formação. O intérprete mencionou que as instituições, o Estado estamental, a elite política do patrimonialismo foram, e ainda são, o estrato social com efetivo comando político, numa ordem com rígido regramento jurídico, seguindo as normas preestabelecidas, criada, dessa maneira, pela influência portuguesa no Brasil.

Diante do que foi apresentado, pode-se inferir que cada um dos intérpretes abordados neste trabalho teve influências importantes para entender os efeitos do passado lusitano do Brasil e o reflexo dessa colonização portuguesa até a atualidade. Enquanto isso, a teoria institucionalista *vebleniana* empregada serviu para organizar elementos desenvolvidos a partir de perspectivas teóricas de autores independentes, que, juntos, podem formar um conjunto de ideias coesas e convergentes quando se foca nos elementos das motivações (categoria dos instintos) dos atores econômicos, que lideram a formação das instituições formais e informais responsáveis por orientar o sentido do desenvolvimento brasileiro.

Referências

- CAVALIERI, M. A. **O surgimento do institucionalismo norte-americano: um ensaio sobre o pensamento e o tempo de Thorstein Veblen.** Tese de doutorado. 459f. Programa de Pós-graduação em Economia (CEDEPLAR/UFMG), Belo Horizonte, 2009.
- FAORO, R. [1958]. **Os donos do Poder; Formação do Patronato Político Brasileiro.** 3 ed. v. 2. Porto Alegre: Globo, 2001.
- FREITAS, T. R. Veblen e a Psicologia dos Instintos. **Economia Ensaios**, v. 35, n. 1, p. 23-47, 2020.
- FREITAS, T. R. **O resgate da Teoria dos Instintos de Veblen e suas implicações para o debate institucionalista do desenvolvimento.** Tese de doutorado. 205f. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGE/UFRGS,) Porto Alegre, 2019.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. [1936]. **Raízes do Brasil.** 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- NORTH, D. C. ***Institutions, Institutional Change and Economic Performance.*** Cambridge: Cambridge University Press, UK, 1990.
- PRADO JR., C. [1942] **Formação do Brasil Contemporâneo.** 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRADO JR., C. [1945]. **História Econômica do Brasil.** 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- VEBLEN, T. *The instinct of workmanship and the irksomeness of labor.* **American Journal of Sociology**, v. 4, n. 2, p. 187-201, 1898.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições.** São Paulo: Abril Cultural, 1987.

VEBLEN, T. *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts.* New York: BW Huebsch Inc., 1914.

VEBLEN, T. *Absentee Ownership: Business Enterprise in Recent Times - The Case of America.* London: George Allen & Unwin, 1923.

WILLIAMSON, O. *The new institutional economics: taking stock, looking ahead.* **Journal of Economic Literature**, v. 38, n. 3, p. 595-613, 2000.